

CONDIÇÃO FEMININA

A condição social das mulheres, principalmente no mundo ocidental, vem sofrendo mudanças desde os tempos mais remotos. A partir do século XVIII, percebemos a importância das lutas travadas por algumas mulheres que, ao longo da história, transformariam sua condição na sociedade. Entre outras questões relevantes, o direito à educação se torna uma das principais reivindicações das mulheres na busca por melhores condições de vida. A escritora inglesa Mary Wollstonecraft, considerada uma das pioneiras na história do movimento feminista, motivada pelas mudanças históricas ocorridas no mundo ocidental, registra, em seu livro *Uma Defesa dos Direitos da Mulher*, em 1792, a necessidade da luta pela emancipação feminina bem como da garantia dos direitos das mulheres. Na visão de Wollstonecraft, as mulheres não eram educadas a agir e pensar por si mesmas, pois estavam limitadas à esfera doméstica. Por essa razão, ela acreditava que, através da educação, as mulheres teriam a oportunidade de refletir sobre a própria condição e buscar a igualdade entre os gêneros. O desafio de agir por elas mesmas, bem como a prática do pensamento crítico, dar-lhes-ia a possibilidade de desenvolver suas próprias personalidades.

Em meados do século XIX, um dos eventos mais importantes nessa luta aconteceu em Nova York, em 1848, quando 100 mulheres e homens assinaram a Declaração de Sentimentos. As principais reivindicações desse documento eram o direito ao voto e à educação formal das mulheres, até então somente assegurados aos homens. A ideia da igualdade de direitos entre os homens e mulheres iniciada por Wollstonecraft e por outras feministas, como a escritora escocesa Francis Wright, serviram de base para a formação da Associação Nacional pelo Sufrágio das Mulheres em 1869, tendo como principais lideranças as estadunidenses Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony. A principal bandeira desse movimento era a causa abolicionista. Essas mulheres passam a perceber que, assim como elas, os escravos também não tinham direito à cidadania em seu país. Sendo assim, elas acreditavam que, juntamente com os escravos, poderiam unir forças na busca por direitos iguais.

A ascensão do capitalismo gerou mudanças radicais na sociedade que, entre outras questões, culminou com a introdução das mulheres no mercado de trabalho formal. As mulheres e crianças, em meados do século XIX, povoaram as fábricas e indústrias assumindo uma jornada de trabalho de até 12 horas diárias, pois representavam para os empregadores uma mão de obra barata. Essa nova situação afetou diretamente a estrutura familiar. As mulheres trabalhadoras tiveram que dividir seu tempo entre as tarefas domésticas e o trabalho fora de casa. Na visão de Nancy Chodorow, “[...] o desenvolvimento do trabalho fora de casa (um desenvolvimento que seria subsequentemente subvertido) não afetou a divisão de seu trabalho. As mulheres de todas as classes assumiram e continuam assumindo as responsabilidades com o trabalho doméstico” (CHODOROW, 1979, p. 96, tradução nossa). Embora tenham deixado a casa e dividido espaço com os homens na esfera pública, as mulheres foram consideradas inferiores na divisão hierárquica do trabalho. Contudo, a entrada delas no mercado de trabalho representou um passo a mais em direção à conquista da autonomia feminina.

Como vimos, também se constituía como uma aspiração no campo das lutas feministas o direito de votar e ser votada. O direito ao voto, conquista datada a partir do final do século XIX, em alguns poucos países e em diferentes momentos, foi um importante avanço na condição social das mulheres. Esse direito só se concretizou com maior força e abrangência a partir do século XX. No Brasil, o direito ao voto feminino só se torna efetivo a partir do ano de 1932. As mulheres engajadas nas lutas feministas acreditavam que através da participação delas na vida pública teriam condições não somente de serem reconhecidas como cidadãs, mas também de intervirem nas decisões políticas de seus países.

Ao longo de todo esse tempo de luta, as mulheres têm conseguido algumas conquistas que lhes garantem melhor posição na sociedade. A educação cumpriu e ainda cumpre um papel fundamental nesse processo, pois é através dela que as mulheres têm conseguido compreender e reagir ao *status* inferior a que são submetidas. Como já apontado pelas precursoras feministas, as mulheres foram culturalmente orientadas à submissão ao sexo oposto. Sendo assim, através da consciência de que essa submissão era uma premissa do discurso patriarcal, as mulheres tiveram e continuam tendo a

oportunidade de, através do conhecimento e da reflexão crítica, remodelar sua condição na sociedade.

JURACI ANDRADE DE OLIVEIRA LEÃO

CHODOROW, N. Mothering, male dominance, and capitalism. In: EISENSTEIN, Z. R. (Ed.). *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979.

WOLLSTONECRAFT, M. *A vindication of the rights of woman*. New York: Dover, 1996.